

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima

GAZETA MERCANTIL

Sábado, 27, e segunda-feira, 29 de novembro de 1993

DIRETORIA
Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy
Diretores Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araújo
José Andretto Filho
Roberto Müller Filho (Licenciado)
Roberto de Souza Ayres

Página 4

O governo vai precisar ganhar credibilidade e mostrar uma firme vontade política, arrostando com coragem a impopularidade, para colocar em prática o plano de estabilização econômica que começou a tomar corpo na última semana através do anúncio dos princípios que nortearão a elaboração da nova proposta orçamentária para 1994.

Zerar o déficit operacional, como se pretende, deve concorrer poderosamente para um combate eficaz à inflação e representa uma precondição para que o governo possa fechar finalmente o acordo com os bancos credores e negociar um entendimento em bases duradouras com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Contudo, ao contrário do que se esperava, o governo admite que não é capaz de atingir esse objetivo através de cortes em suas despesas, suplementados pela criação de uma Reserva Social de Emergência, que congela transferências a estados e municípios. Como de hábito no Brasil, as autoridades consideram também necessário aumentar impostos e propõem elevar em 5% as alíquotas de todos os tributos e contribuições federais. O governo não só abre o flanco a contestações de toda ordem, mas também gera enormes frustrações.

Um programa carente de liderança

O anseio da sociedade era de que um ajuste fiscal de profundidade, ao alargar o universo dos contribuintes e redistribuir de forma mais equânime a carga tributária, a fizesse reduzir, em média, para as empresas e as pessoas físicas. Se isso não foi viável agora, sendo remetida para o próximo governo a execução de uma reforma fiscal-tributária ampla, com base nas proposições aprovadas durante o período de revisão constitucional, o presidente e a equipe econômica se impuseram um histórico desafio para poderem preservar o orçamento nos moldes em que ele está sendo concebido.

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, está disposto a empenhar-se a fundo em negociações com o Congresso. Será muito difícil que as bancadas estaduais, pressionadas pelos governadores, concordem com a Reserva Social de Emergência, o fundo que deve manter nos mesmos níveis deste ano as transferências a estados e municípios, apropriando-se a União do crescimento da arrecadação. Isso exi-

girá uma emenda, constitucional que interfere com o princípio federativo, configurando jogo perigoso.

O governo federal tem, é verdade, bons argumentos a seu favor. A Reserva servirá para sanar deficiências nas áreas de educação, saúde e combate à fome. Além disso, as unidades federativas têm meios para elevar as suas receitas através da melhor adequação de sua máquina arrecadadora, utilizando os instrumentos criados pela MP 374. Esta contém falhas graves, mas pode ser aperfeiçoada e, naturalmente, nada impede que os governos estaduais lancem campanhas para motivar a exigência pelo consumidor de notas fiscais.

Muito, muito mais problemática, será a aprovação da elevação de alíquotas de impostos. Em primeiro lugar, será imprescindível que o governo obtenha o assentimento do Congresso antes do fim deste ano. Se não o conseguir, ainda que o aumento dos encargos venha a passar pelo Legislativo nos primeiros meses de 1994, poderá

ser judicialmente contestado com base no princípio da anualidade dos impostos. E aí está bem presente o exemplo do IPMF.

Para vencer as batalhas com que se defrontará, o governo deve mudar de atitude. É impossível admitir, em um momento em que se pede novos sacrifícios à Nação, haja ainda tanta hesitação em extinguir ministérios. Que se extingam logo as pastas criadas neste governo apenas para servir a composições políticas. Que se imponha rígida contenção salarial nos três poderes e se eliminem todos os tipos de gastos supérfluos. E por que não acabar de vez com manás da corrupção, como as subvenções sociais, atualmente suspensas? Em outro plano, acima dos preconceitos, o governo deveria dar novo ímpeto ao Programa Nacional de Desestatização (PND), que prossegue capengante e corre o risco de estagnar.

Se assim agisse, se inspirasse confiança em sua ação, o governo talvez pudesse mostrar que o Orçamento para 1994 é um instrumento de salvação pública, em uma fase crítica da vida nacional, não um recurso meramente casuístico em fim de mandato. Mas, para isso, é preciso o exercício da liderança que cabe ao presidente da República.